

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ORDEM DO DIA Nº 048/2019
SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS
12/12/2019 (QUINTA-FEIRA) 17:00 HORAS
13/12/2019 (SEXTA-FEIRA) 17:00 HORAS

1 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 158/2019 - PREFEITO MUNICIPAL** - Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício de 2020. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DE VEREADORES**. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças referente à Emenda. Parecer da Secretaria Municipal de Economia e Finanças referente à Emenda. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DOS VEREADORES RUGGERO AUGUSTO SERON, ANDRÉ LUIS DE GODOY, DERMEVAL NEVOEIRO DEMARCHI, GERALDO LUIS DE MORAES E JOSÉ CLAUDINEI PAIVA**. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária referente à Emenda. Parecer da Secretaria Municipal de Economia e Finanças referente à Emenda. Processo nº 15470.

2 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 191/2019 - PREFEITO MUNICIPAL** - Autoriza o Poder Executivo a doar patrimônio de sua propriedade à ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA MARIA PEREGRINA, direcionado à instalação de unidade escolar. Processo nº 15515.

3 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 173/2019 - PREFEITO MUNICIPAL** - Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 173/2019 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 233/2019 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 152/2019 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 165/2019 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 151/2019 - pela aprovação. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR ANDRÉ LUIS DE GODOY**. Processo nº 15491.

4 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 197/2019 - PREFEITO MUNICIPAL** - Autoriza o Poder Executivo a doar patrimônio de sua propriedade à ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA MARIA PEREGRINA, direcionado à instalação de uma quadra esportiva coberta anexa a unidade escolar. Parecer Jurídico nº 197/2019 - pela legalidade com ressalvas. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 252/2019 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 151/2019 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 164/2019 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana, Rural e Meio-Ambiente nº 023/2019 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 149/2019 - pela aprovação. **EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR ANDRÉ LUIS DE GODOY**. Processo nº 15522.

+++++

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI N° 158/2019

PROCESSO N° 15470

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2020) .

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2020, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

CAPITULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Artigo 2º - A Receita Orçamentaria e estimada na forma dos quadros I, I-A, II, III, e IV, que fazem parte integrante desta Lei, em R\$ 914.161.000,00 (novecentos e quatorze milhões, cento e sessenta e um mil reais) e se desdobra em:

I - R\$ 912.272.800,00 (novecentos e doze milhões, duzentos e setenta e dois mil, oitocentos reais) do Orçamento Fiscal; e

II - R\$ 1.888.200,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e oito mil, duzentos reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Artigo 3º - A receita será arrecadada na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

E S P E C I F I C A Ç Ã O			
	PENAL	RESPONSABILIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
RECEITAS CORRENTES			
impostos, taxas e contribuições de melhoria	218.156.016,00	1.641.600,00	219.797.616,00
contribuições	10.007.000,00	0,00	10.007.000,00
receita patrimonial	881.880,00	0,00	881.880,00
receita de serviços	14.140,00	0,00	14.140,00
transferências correntes	488.181.000,00	0,00	488.181.000,00
outras receitas correntes	12.513.732,00	0,00	12.513.732,00
deduções p/a fundeb	-72.537.120,00	0,00	-72.537.120,00
Total das Receitas Correntes	657.918.748,00	1.641.600,00	659.560.348,00
RECEITAS DE CAPITAL			
alienação de bens	432.000,00	0,00	432.000,00
transferências de capital	10.898.000,00	0,00	10.898.000,00
outras receitas de capital	776.652,00	0,00	776.652,00
Total das Receitas de Capital	12.106.652,00	0,00	12.106.652,00
Total da Administração Direta	670.025.400,00	1.641.600,00	671.667.000,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE			
RECEITAS CORRENTES			
impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00	0,00	0,00
receita patrimonial	94.000,00	11.000,00	105.000,00
transferências correntes	49.866.480,00	114.000,00	49.980.480,00
outras receitas correntes	215.520,00	0,00	215.520,00
Total das Receitas Correntes	50.056.000,00	125.000,00	50.181.000,00
RECEITAS DE CAPITAL			
transferências de capital	100.000,00	100.000,00	200.000,00
Total das Receitas de Capital	100.000,00	100.000,00	200.000,00
Total FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE	50.156.000,00	225.000,00	50.381.000,00
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - DAAR			
RECEITAS CORRENTES			
impostos, taxas e contribuições de melhoria	150.550,00	1.600,00	152.150,00
receita patrimonial	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00
receita de serviços	88.624.460,00	0,00	88.624.460,00
outras receitas correntes	7.508.790,00	0,00	7.508.790,00
Total das Receitas Correntes	90.083.800,00	1.600,00	90.085.400,00
RECEITAS DE CAPITAL			
transferências de capital	3.900.000,00	0,00	3.900.000,00
Total das Receitas de Capital	3.900.000,00	0,00	3.900.000,00
Total DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - DAAR	93.983.800,00	1.600,00	93.985.400,00
ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIO CLARO			
RECEITAS CORRENTES			
receita patrimonial	8.000,00	0,00	8.000,00
outras receitas correntes	4.000,00	0,00	4.000,00
Total das Receitas Correntes	12.000,00	0,00	12.000,00
Total ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIO CLARO	12.000,00	0,00	12.000,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RIO CLARO			
RECEITAS CORRENTES			
contribuições	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00
receita patrimonial	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00
outras receitas correntes	700.000,00	0,00	700.000,00
receitas correntes - extras	61.780.000,00	0,00	61.780.000,00
Total das Receitas Correntes	88.080.000,00	0,00	88.080.000,00
Total INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RIO CLARO	88.080.000,00	0,00	88.080.000,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA			
RECEITAS CORRENTES			
impostos, taxas e contribuições de melhoria	219.222.566,00	1.641.600,00	220.864.166,00
contribuições	15.997.000,00	0,00	15.997.000,00
receita patrimonial	4.478.580,00	11.000,00	4.489.580,00
receita de serviços	88.637.500,00	0,00	88.637.500,00
transferências correntes	537.849.580,00	134.000,00	537.983.580,00
outras receitas correntes	20.832.042,00	0,00	20.832.042,00
receitas - especiais - extras	61.780.000,00	0,00	61.780.000,00
deduções p/a fundeb	-72.537.120,00	0,00	-72.537.120,00
Total das Receitas Correntes	856.166.148,00	1.786.600,00	857.952.748,00
RECEITAS DE CAPITAL			
alienação de bens	432.000,00	0,00	432.000,00
transferências de capital	14.898.000,00	100.000,00	14.998.000,00
outras receitas de capital	776.652,00	0,00	776.652,00
Total das Receitas de Capital	16.106.652,00	100.000,00	16.206.652,00
Total da Administração Direta e Indireta	872.272.800,00	1.886.600,00	874.159.400,00

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

SEÇÃO II

DA FIXACAO DA DESPESA

Artigo 4º - A Despesa e fixada na forma dos quadros I, I-B, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI E XII, que fazem parte integrante desta lei, em R\$ 914.161.000,00 (novecentos e quatorze milhões, cento e sessenta e um mil reais), na seguinte conformidade:

I - R\$ 656.627.000,00 (seiscentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e vinte e sete mil reais) do Orçamento Fiscal;

II - R\$ 257.534.000,00 (duzentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e trinta e quatro mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Artigo 5º - A Despesa fixada está assim desdobrada:

I - POR CATEGORIA ECONOMICA:

ESPECIFICACAO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1 - ADMINISTRACAO DIRETA			
DESPESAS CORRENTES	456.511.500,00	29.175.000,00	485.686.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	42.500.500,00	1.052.000,00	43.552.500,00
RESERVA DE CONTINGENCIA OU RESERVA DO RPPS	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
Total da Administracao Direta	500.012.000,00	30.227.000,00	530.239.000,00
2 - ADMINISTRACAO INDIRETA			
DESPESAS CORRENTES	95.163.000,00	221.500.500,00	316.663.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	7.010.600,00	3.002.500,00	10.013.100,00
RESERVA DE CONTINGENCIA OU RESERVA DO RPPS	53.260.500,00	0,00	53.260.500,00
Total da Administracao Indireta	155.515.000,00	224.503.000,00	380.018.000,00
ADMINISTRACAO DIRETA E INDIRETA			
DESPESAS CORRENTES	551.674.500,00	250.675.500,00	802.350.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	49.511.100,00	4.054.500,00	53.565.600,00
RESERVA DE CONTINGENCIA OU RESERVA DO RPPS	54.260.500,00	0,00	54.260.500,00
Total da Administracao Direta e Indireta	655.446.100,00	254.729.500,00	910.175.600,00

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

II - POR ÓRGÃOS DE GOVERNO:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
CÂMARA MUNICIPAL	33.899.900,00	0,00	33.899.900,00
GABINETE DO PREFEITO	5.764.000,00	1.425.000,00	7.189.000,00
SFC MUN GOVERNO, DES.ECONOMICO E PLANEJ.	4.072.815,00	0,00	4.072.815,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	40.795.800,00	0,00	40.795.800,00
DEP. MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS	48.214.000,00	0,00	48.214.000,00
SEC. MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	13.617.000,00	0,00	13.617.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	203.719.385,00	0,00	203.719.385,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	40.070.000,00	0,00	40.070.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO	4.505.000,00	1.500.000,00	6.005.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA	5.125.000,00	0,00	5.125.000,00
SEL. MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	27.302.000,00	27.302.000,00
SEC. MUN. DA AGRIC., ABASTEC., SILV. E PAST.	13.483.000,00	0,00	13.483.000,00
SEC. MUNICIPAL DOS ESPORTES E TURISMO	15.223.000,00	0,00	15.223.000,00
SEC. SECUR., DEF. CIVIL, MOD. URB. E SIST. VIAR	30.570.000,00	0,00	30.570.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	26.125.000,00	0,00	26.125.000,00
Total da Administração Direta	489.092.000,00	30.227.000,00	520.319.000,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
03 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE	200.000,00	186.837.000,00	187.037.000,00
04 - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - DAAS	101.915.000,00	0,00	101.915.000,00
05 - ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIO CLARO	1.099.500,00	0,00	1.099.500,00
06 - FUNDAÇÃO ULÍSSES SILVEIRA GUTMARRAS	60.000,00	0,00	60.000,00
07 - INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO DE RIO CLARO	0,00	40.479.000,00	40.479.000,00
Total da Administração Indireta	103.274.500,00	227.316.000,00	330.590.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Reserva de Contingência	54.260.500,00	0,00	54.260.500,00
ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
Total do Município	656.627.000,00	257.544.000,00	914.171.000,00

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

III - POR FUNÇÕES:

ESPECIFICAÇÃO	PIEVAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
11 - LEGISLATIVA	33.800.000,00	0,00	33.800.000,00
12 - ADMINISTRACAO	60.259.535,00	0,00	60.259.535,00
13 - DEFESA NACIONAL	49.500,00	0,00	49.500,00
14 - SEGURANCA PUBLICA	21.243.000,00	0,00	21.243.000,00
15 - ASSISTENCIA SOCIAL	9,00	30.227.000,00	30.227.000,00
16 - PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	40.470.000,00	40.470.000,00
17 - SAUDE	0,00	186.032.000,00	186.032.000,00
18 - EDUCACAO	203.719.305,00	0,00	203.719.305,00
19 - CULTURA	5.185.000,00	0,00	5.185.000,00
20 - DIREITOS DA CIDADANIA	817.000,00	0,00	817.000,00
21 - URBANISMO	47.004.300,00	0,00	47.004.300,00
22 - HABITACAO	4.505.000,00	0,00	4.505.000,00
23 - SANEAMENTO	100.002.300,00	0,00	100.002.300,00
24 - GESTAO AMBIENTAL	26.225.000,00	0,00	26.225.000,00
25 - AGRICULTURA	5.119.500,00	0,00	5.119.500,00
26 - COMERCIO E SERVICOS	2.766.500,00	0,00	2.766.500,00
27 - COMUNICACOES	50.000,00	0,00	50.000,00
28 - ENERGIA	14.130.000,00	0,00	14.130.000,00
29 - TRANSPORTE	7.170.000,00	0,00	7.170.000,00
30 - PESQUISA E LIXO	12.682.500,00	0,00	12.682.500,00
31 - ENLARGOS ESPECIAIS	17.701.000,00	0,00	17.701.000,00
32 - RESERVA DE CONTINGENCIA	54.260.500,00	0,00	54.260.500,00
Total do Municipio	656.627.000,00	252.534.000,00	909.161.000,00

CAPITULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 6º - Fica o Executivo autorizado a abrir créditos suplementares em reforço as dotações orçamentarias, mediante o uso dos recursos previstos no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, observados os limites:

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

I - de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada, constante do artigo 4º. desta Lei; e

II - do valor da dotação consignada como Reserva de Contingência, para cumprir as determinações dos artigos 5º., III, "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal e 8º. da Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163/2001.

Parágrafo Único - A dotação consignada como Reserva de Contingência servirá igualmente para cobrir a abertura de Créditos Adicionais Especiais, autorizadas em Lei.

Artigo 7º - Na abertura dos créditos adicionais de que tratam os artigos 6º e 7º, bem como nas transposições, remanejamentos e transferências de que trata o artigo 167, inciso VI da Constituição, fica vedada a anulação parcial ou total de dotações provenientes de emendas individuais, efetuadas na forma e condições prescritas nos parágrafos 9º, 10 e 11 do artigo 166 da Constituição.

Parágrafo 1º. Não se aplica à proibição contida no "caput", em relação a parte excedente, se as emendas individuais parlamentares ultrapassarem o limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício de 2019, ou não observarem a divisão do limite estipulado no Parágrafo 9º, do artigo 166 da Constituição.

Parágrafo 2º. Até 30 dias após a publicação desta Lei, o Poder Executivo informará ao Poder Legislativo, quando for o caso, que a Receita Corrente Líquida de 2019 é menor do que a Receita Corrente Líquida estimada para 2020, e quais os valores totais a serem considerados como de execução obrigatória e não obrigatória.

Parágrafo 3º. Recebido o informe de que trata o Parágrafo 2º, o Poder Legislativo indicará ao Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias, como deverão ser consideradas as emendas para efeito do Parágrafo 11 do artigo 166 da Constituição.

Parágrafo 4º. Não recebendo a indicação prevista no parágrafo anterior, o Executivo reduzida as dotações decorrentes das emendas individuais de maneira proporcional a variação para menos da Receita Corrente Líquida estimada para 2020 e a efetivamente ocorrida em 2019, salvo quando isso inviabilizar tecnicamente a realização da despesa no exercício, hipótese em que a solução deverá ser dada na forma em que dispór a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2020.

Artigo 8º - Os créditos orçamentários com dotações inseridas ou aumentadas por emendas parlamentares individuais são de execução obrigatória no exercício até o limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da Receita Corrente Líquida efetivamente ocorrida em 2019, observada a medida determinada no parágrafo 9º. do artigo 166 da Constituição e salvo quando houver impedimentos de ordem técnica.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Parágrafo 1º. Na ocorrência de impedimento de ordem técnica, serão adotadas as medidas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2020.

Parágrafo 2º. Se for verificado pelo Executivo que o comportamento da receita e da despesa durante o exercício poderá levar ao descumprimento das metas de resultado fiscal, o montante de execução obrigatória das emendas parlamentares previstas no Parágrafo 11 do artigo 166 da Constituição, poderá ser reduzido na mesma proporção da limitação de empenhos que vier a ser imposta na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 8º).

Artigo 9º - Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 10 - As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2020.

Artigo 11 - As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram-se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.

Artigo 12 - As transferências financeiras da Administração Direta para a Indireta, incluídas as efetuadas para a Câmara Municipal, e vice-versa, obedecerão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.

Artigo 13 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2020.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 17 votos favoráveis e 01 contrário em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 02/12/2019 - Maioria Absoluta.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DE VEREADORES AO PROJETO DE LEI Nº 158/2019.

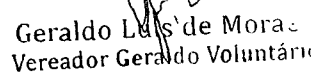
- 1) EMENDA ADITIVA - Acrescenta o Parágrafo Único ao Artigo 11 do Projeto de Lei nº 158/2019, que passa a ter a seguinte redação:

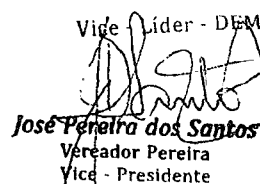
Parágrafo único – Fica a Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública excluída do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentária e da Lei Orçamentária com a revogação da Lei Municipal Complementar nº 88/2014, podendo o Poder Executivo promover as adequações necessárias nas mesmas.

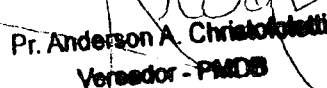

Hernani Leonhardt
Vereador
MDB

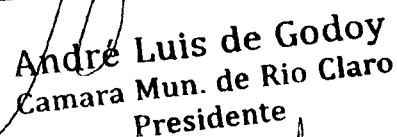
Rio Claro 04 de dezembro de 2019.

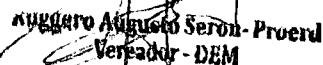

Marlene Carmo Guilherme
Vereadora
Lider PMDB

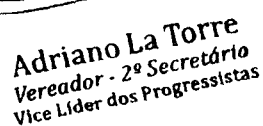

Geraldo Luis de Moraes
Vereador Geraldo Voluntário


José Pereira dos Santos
Vereador Pereira
Vice - Presidente


Pr. Anderson A. Christofolini
Vereador - PMDB


André Luis de Godoy
Camara Mun. de Rio Claro
Presidente


Augusto Augusto Seron - Proerd
Vereador - DEM

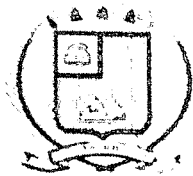

Adriano La Torre
Vereador - 2º Secretário
Vice Líder dos Progressistas

Estado de São Paulo

PARECER N° 145/2019

Rio Claro, 04 de dezembro de 2019.

MARIA DO CARMO GUILHERME
Membro



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS

Rio Claro, 11 de dezembro de 2019.

Memorando nº 266/2019

À Câmara Municipal de Rio Claro

Ref.: Emenda em separado de Autoria de Vereadores ao
Projeto de Lei n. 158/2019

Ilustríssimo Senhor Presidente André Godoy,

Quanto às Emendas apresentadas a Secretaria Municipal de Finanças se manifesta no sentido de que já deu início aos Estudos no intuito de apresentar meios para viabilizar a devida Compensação Financeira.

Esclarece ainda que tal providencia demanda tempo mínimo para sua concretização, **porem assim que concluído esta Secretaria assume o compromisso de cientificar imediatamente esta Casa de Leis.**

Ao ensejo, renovo meus préstimos de elevada estima e distinta consideração e coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.


GILMAR DIETRICH
Secretário Municipal de Economia e Finanças

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DOS VEREADORES NO PROJETO DE LEI Nº 158/2019 REFERENTE AO ORÇAMENTO 2020.

Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 158/2019, referente página 129.

Reduzir R\$ 1,00

Órgão Responsável: 05 – Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Classificação Econômica: 9.9.99.00.00

Classificação Funcional: 99.999.9999.9002 - Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS

Ficando a Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS com um Total de R\$ 1,00

Acrescenta uma Dotação Orçamentária no valor de R\$ 1,00 específica para atividade delegada de policiais militares.

Órgão Responsável: 14 – Secretaria de Seg. Def. Civil e Mob. Urb. e Sistema Viário

Classificação Econômica: 3.1.90.00.00

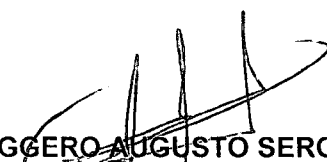
Classificação Funcional: 14.06.181.8008.....2002 Atividade Delegada de Policiais Militares

Ficando a Atividade Delegada de Policiais Militares com um Total de R\$ 1,00.

Justificativa


Em virtude da necessidade de atuação do efetivo da Polícia Militar atuar nos dias de folga para ampliação do efetivo para o atendimento à população e apoio ao Município fora do horário de trabalho normal, na escala DEJEM (Diária Especial por Jornada Extraordinária da Polícia Militar) há a necessidade de verba própria para o pagamento dos mesmos.

Rio Claro, 06 de dezembro de 2019.


RUGGERO AUGUSTO SERON
SERON DO BROERD
Vereador – DEM


ANDRÉ GODOY
Vereador – DEM


VAL DEMARCHI
Vereador – DEM


GERALDO VOLUNTÁRIO
Vereador – DEM


NEY PAIVA
Vereador – DEM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS

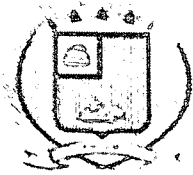
Estado de São Paulo

PARECER Nº 146/2019

Rio Claro, 11 de dezembro de 2019.

MARIA DO CARMO GUILHERME
Membro

THE
NEW
BOOKS



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS

Rio Claro, 11 de dezembro de 2019.

Memorando nº 265/2019

À Câmara Municipal de Rio Claro

Ref.: Emenda em separado de Autoria dos Vereadores no
Projeto de Lei n. 158/2019 referente ao Orçamento 2020

Ilustríssimo Senhor Presidente André Godoy,

Informa esta Secretaria de Economia e Finanças quanto à Emenda apresentada pelos Nobres Vereadores, que não se opõe à mesma, uma vez que não altera a Reserva de Contingência.

Ao ensejo, renovo meus préstimos de elevada estima e distinta consideração e coloco-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas.


GILMAR DIETRICH

Secretário Municipal de Economia e Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS
RUA DO COMÉRCIO, 158 - JARDIM SÃO CARLOS
RIO CLARO - SP, 13.506-900

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 191/2019

PROCESSO Nº 15515

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Autoriza o Poder Executivo a doar patrimônio de sua propriedade à ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA MARIA PEREGRINA, direcionado à instalação de unidade escolar).

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, com fundamento no artigo 107, I, "a", (com nova redação dada pela Emenda 24) da Lei Orgânica Municipal, autorizado a doar à ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA MARIA PEREGRINA, com sede à Rua Francisco Rodrigues de Freitas, nº 184, Bairro Jardim Belo Horizonte - CECAP, São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, CEP 15.041-049, CNPJ 02.956.029/0001-77, para fins de instalação de unidade escolar, área de sua propriedade a seguir descrito:

"Um terreno, de formato irregular, que se constitui da "ÁREA INSTITUCIONAL" do loteamento "JARDIM IPANEMA - EXPANSÃO", situado nesta cidade para a RUA M-22, lado ímpar, distante 68,00 metros do alinhamento de prédios da Avenida M-35, medindo 68 metros de frente para a rua de sua situação; daí, vira à esquerda em ângulo agudo e segue pela divisa da propriedade de João Valle, numa distância de 12,50 metros; daí, vira à esquerda e segue em ângulo obtuso pela divisa de João Valle, numa distância de 64,00 metros, até atingir o alinhamento de prédios da Rua 6; daí, vira à esquerda e segue pelo alinhamento de prédios da Rua 6, numa distância de 40,00 metros; daí, vira à esquerda e segue numa distância de 58,61 metros, até atingir o alinhamento de prédios da Rua M-22, início desta descrição, encerrando a área de 3.350,00 m²."

MATRÍCULA 48.992 - 1º Cartório de Registro de Imóveis

Artigo 2º - A doação de que trata o Artigo 1º destina-se exclusivamente à instalação de unidade escolar, onde funcionaria a Escola Municipal Sueli Aparecida Marin, sendo de total responsabilidade da donatária, a reforma do imóvel e/ou construção, objeto desta Lei, para a aplicação dos fins propostos.

Parágrafo Único - Todas as atividades a serem desenvolvidas na área doada, será totalmente sem cobrança de mensalidades por parte da donatária.

Artigo 3º - A entidade donatária se compromete, sob pena de retrocessão a:

- a) Promover a reforma e/ou construção necessária do imóvel, e a dar início às atividades fins no prazo máximo de 2 (dois) anos e meio, contados da data de publicação da presente lei;
- b) Atender, no primeiro ano de atividades, no mínimo 20 alunos do 1º ano do Ensino Fundamental I, sem a cobrança de mensalidade escolar;
- c) Atender, após 5 (cinco) anos da publicação desta lei, alunos do ensino fundamental referentes aos cinco anos do Ensino Fundamenta I, sem cobrança de mensalidade escolar.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

d) Manter em caráter permanente atividades escolares da Educação básica, sem cobrança de mensalidade escolar;

e) A donatária não poderá transmitir, a qualquer título, a posse ou domínio do bem doado ou mudar-lhe a destinação prevista na presente Lei, exceto a uma entidade mantida ou filiada da donatária;

f) Obedecer a toda legislação municipal no tocante à reforma e/ou construção.

Artigo 4º - Caso a donatária necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca, em segundo grau, em favor do Município de Rio Claro.

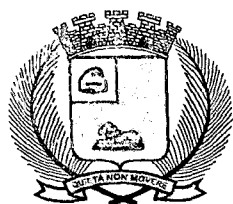
Artigo 5º - As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta das verbas próprias do orçamento, suplementadas, se necessário.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 18 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 09/12/2019 - 2/3.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Of.D.E.0046/19

Rio Claro, 29 de outubro de 2019

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência e aos demais nobres Edis, para análise e votação, o anexo Projeto de Lei, com fundamento nos artigos 42 e 43 da Lei n.º 4.320 de 17/03/1964, o qual solicita autorização legislativa para a abertura de Crédito Adicional Especial, destinado a abertura de novas dotações orçamentárias para Transferências à União referente a Compensação Previdenciária de Aposentadorias e Pensões entre RPPS e RGPS.

Na certeza da rápida aprovação do incluso Projeto por parte dos nobres Senhores Vereadores, antecipo os mais sinceros agradecimentos e aproveito para solicitar o mesmo tenha sua tramitação em caráter de urgência nos termos do artigo 50 da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,

JOÃO TEIXEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
ANDRE LUIS DE GODOY
DD.Presidente da Câmara Municipal de
RIO CLARO

18



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 173/2019

(Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências)

Artigo 1º - Fica aberto no Instituto de Previdência do Município de Rio Claro, um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 500.000,00, para dar atendimento a abertura de novas dotações orçamentárias para Transferências à União referente a Compensação Previdenciária de Aposentadorias e Pensões entre RPPS e RGPS.

Parágrafo Único - Caso haja necessidade de complementação do valor estabelecido no artigo acima, fica o Prefeito Municipal autorizado a elevar o referido Crédito em 25% (vinte e cinco por cento), mediante Decreto.

Artigo 2º - A classificação orçamentária de que se trata o Crédito Adicional Especial, objeto desta Lei, será a seguinte: -

20.00 - Instituto de Previdência Própria dos Serv. do Mun. de Rio Claro	
20.01 - Instituto de Previdência Própria dos Serv. do Mun. de Rio Claro	
20.01.09 - Previdência Social	
20.01.09.272 - Previdência do Regime Estatutário	
20.01.09.272.4001 - Regime Próprio de Previdência	
20.01.09.272.4001.2318 - Compensação Previdenciária - Comprev	
20.01.09.272.4001.2318 - 3320 - Transferências à União	500.000,00

Artigo 3º - O crédito autorizado no artigo 1º será coberto com os recursos de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 20.01 - Instituto de Previdência Própria dos Serv. do Mun. de Rio Claro	
20.01.99.997.9999.9005.9999 (32) - Reserva de Contingência	500.000,00

Artigo 4º - Fica incluído no Plano Plurianual, período 2018 a 2021 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, para dar atendimento a abertura de novas dotações orçamentárias para Transferências à União referente a C

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

JOÃO TEIXEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

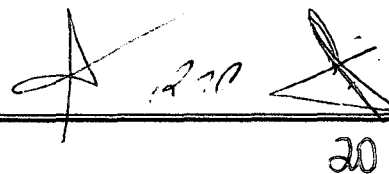
**PARECER JURÍDICO Nº 173/2019, REFERENTE AO PROJETO DE LEI
Nº 173/2019, PROCESSO Nº 15491-222-19.**

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 173/2019, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica proceder análise relativa ao mérito ou conveniência da proposta ora apresentada.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

A iniciativa dos Projetos de Lei pode partir dos próprios cidadãos, Prefeito, Vereadores, Comissões ou até mesmo da Mesa, nos termos do disposto no artigo 134 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, bem como no artigo 44 da Lei Orgânica do Município.



20

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Por sua vez, o artigo 79, incisos XV e XIX, da LOMRC, estabelece ser de competência do Senhor Prefeito Municipal realizar operações de crédito autorizadas pela Câmara Municipal e delegar por decreto à autoridade do Executivo, funções administrativas que sejam de sua exclusiva competência.




DA LEGALIDADE

A Lei 4320/64 estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os artigos 42 e 43 da mencionada legislação dispõem que os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto legislativo, assim como que a abertura dos referidos créditos depende da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa e será precedida de justificativa.

Nota-se, no caso em tela, que as exigências acima relatadas foram cumpridas, tendo em vista que o crédito autorizado no artigo 1º do Projeto de Lei ora analisado será coberto com os recursos de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 20.01 – Instituto de Previdência Própria dos Serv. Do Mun. de Rio Claro
20.01.99.997.9999.9005.9999 (32) – Reserva de Contingência - 500.000,00

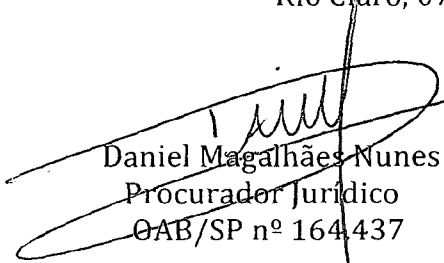

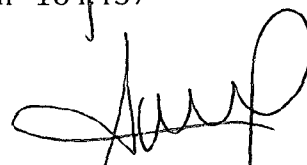
Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Repise-se, que o referido projeto visa à abertura de Crédito Adicional Especial no Instituto de Previdência do Município de Rio Claro, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para dar atendimento a abertura de novas dotações orçamentárias para Transferências à União referente a Compensação Previdenciária de Aposentadorias e Pensões entre RPPS e RGPS.

Diante do exposto e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se reveste de **legalidade**.

Rio Claro, 07 de novembro de 2019.

 Daniel Magalhães Nunes Procurador Jurídico OAB/SP nº 164.437	 Ricardo Teixeira Penteado Procurador Jurídico OAB/SP nº 139.624
 Amanda Gaino Franco Procuradora Jurídica OAB/SP nº 284.357	

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 173/2019

PROCESSO 15491-222-19

PARECER Nº 233/2019

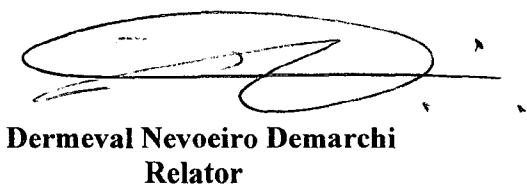
O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 11 de novembro de 2019.



Anderson Adolfo Christofolletti
Presidente



Dermeval Nevoeiro Demarchi
Relator

Rafael Henrique Andreeta
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 173/2019

PROCESSO 15491-222-19

PARECER Nº 152/2019

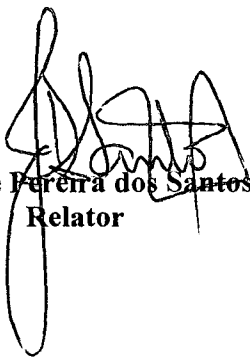
O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A Comissão de Administração Pública acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 10 de dezembro de 2019.



Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Presidente



José Pereira dos Santos
Relator

Paulo Marcos Guedes
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 173/2019

PROCESSO 15491-222-19

PARECER Nº 165/2019

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A Comissão de Políticas Públicas acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 11 de dezembro de 2019.

CAROLINE GOMES FERREIRA
Presidente



ADRIANO LA TORRE
Relator



IRANDER AUGUSTO LOPES
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 173/2019

PROCESSO 15491-222-19

PARECER Nº 151/2019

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A Comissão acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido presente Projeto de Lei.

Rio Claro, 11 de dezembro de 2019.



GERALDO LUÍS DE MORAES
Presidente



PAULO ROGÉRIO GUEDES
Relator



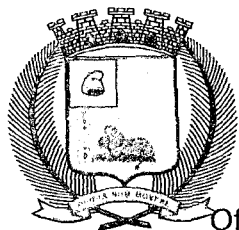
MARIA DO CARMO GUILHERME
Membro

Estado de São Paulo

1 - EMENDA MODIFICATIVA:

"Artigo 4º - Fica incluído no Plano Plurianual, período 2018 a 2021 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, para dar atendimento a abertura de novas dotações orçamentárias para Transferências à União referente a Compensação Previdenciária de Aposentadorias e Pensões entre RPPS e RGPS".

ANDRÉ LUIS DE GODOY
Vereador



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Of.D.E.0062/19

Rio Claro, 09 de dezembro de 2019

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para que seja submetido à deliberação e votação pela Colenda Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei em anexo, objetivando a doação de imóvel pertencente ao Município, para a Associação Missionária Maria Peregrina, com a precípua finalidade de ser implantada quadra de esportes coberta, anexa à unidade escolar, gratuita, para atender ao ensino básico e fundamental, conforme dispõe o Projeto em anexo.

A entidade donatária, será responsável pela total reforma do barracão já existente no local, que se encontra em péssimas condições, sem que o Município tenha condições de arcar com a sua reforma, uma vez que a mesma atinge o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme laudo, que segue anexo ao Projeto de Lei.

A presente doação, se apresenta totalmente fundamentada no interesse público, uma vez que toda a atividade da entidade donatária, será de forma gratuita, sendo atendida a população para acesso ao ensino básico e fundamental e prática de esportes.

Esperamos contar com a costumeira e proverbial atenção dessa Presidência e de todos os Edis na aprovação deste Projeto, com a urgência prevista no Artigo 50 da Lei Orgânica do Município, aproveitando o ensejo para apresentar meus protestos da mais alta estima e consideração.

Atenciosamente.

JOÃO TEIXEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
ANDRE LUIS DE GODOY
DD.Presidente da Câmara Municipal de
RIO CLARO

CAMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO
09/12/2019
28



LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL PELO MÉTODO COMPARATIVO

**FINALIDADE: DOAÇÃO DE UM TERRENO E RESPECTIVA CONSTRUÇÃO
QUADRA ESPORTIVA COBERTA**

Interessado: MUNICÍPIO DE RIO CLARO.

Imóveis: UM TERRENO, OBJETO DA MATRÍCULA 48.991 DO 1º ORI DE RIO CLARO, QUE CONSTITUI O SISTEMA DE LAZER DO JARDIM IPANEMA, COM FRENTE PARA A RUA M-22, E COM ÁREA DE 3.085,64 METROS QUADRADOS, E RESPECTIVA CONSTRUÇÃO (INACABADA), COM FINALIDADE DE QUADRA ESPORTIVA COBERTA E COM ÁREA DE 1.076,00 METROS QUADRADOS;

I) CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

O presente trabalho trata da avaliação de um terreno e respectiva construção, para fins de instruir Projeto de Lei, visando a doação a entidade escolar.

Para tanto, reuniram-se Presidente e Membros da COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS para fins de expropriações, permutas ou transações de interesse do Município, devidamente formalizada pela Portaria nº. 16.700 de 21 de outubro de 2019, todos infra assinados.

Os trabalhos técnicos tiveram como base os elementos constantes do processo, além de pesquisa imobiliária, tabelas do Sinduscon e fundamento no que segue:

II) VISTORIA:

Vistoriando o terreno, objeto do presente trabalho, constatamos tratar-se de terreno situado à Rua M-22, no bairro Jardim Ipanema, na cidade Rio Claro – SP, com 3.085,64 metros quadrados, possuindo edificação em construção, nesta data, paralisada e em estado de abandono, com a finalidade de uma quadra esportiva coberta com área de construção de 1.076,00 metros quadrados.

O local é dotado de infra-estrutura urbana, com rede de distribuição de água potável, rede de energia elétrica e iluminação pública, guias e sarjetas e pavimentação asfáltica.

Quanto às condições físicas, pode-se afirmar que o terreno é relativamente plano, com declividade de aproximadamente 5% e seco.

A documentação fotográfica juntada no Anexo II, nos fornece uma melhor visualização da área em estudos.

1/8
29



III) MEMORIAL DESCRITIVO DO TERRENO:

Conforme Matrícula 48.991 do 1º ORI de Rio Claro;

IV) AVALIAÇÃO:

a) Valor de Pesquisa de Mercado (Vpm): conforme pesquisa, elaborou-se a tabela constante do Anexo I, e chegamos ao Valor de Pesquisa de Mercado, $Vpm = R\$ 721,27$ (setecentos e vinte e um reais e vinte e sete centavos), por metro quadrado de terreno.

b) Valor Unitário (Vu): Para obtenção do Valor Unitário (Vu), consideramos o Valor de Pesquisa de Mercado (Vpm) com desconto de 10% por tratar-se de valores de oferta, e não de uma negociação efetivada. Descontamos ainda, mais 6% referente à possível comissão de corretagem, chegando portanto, a um Valor Unitário (Vu) que corresponde a 84% do Valor de Pesquisa de Mercado (Vpm), ou seja:

$Vu = Vpm * 84\% = R\$ 721,27 * 84\% = R\$ 605,87$ (seiscentos e cinco reais e oitenta e sete centavos) por metro quadrado de terreno.

c) Valor Terreno (Vt): Corresponde ao Valor Unitário (Vu) multiplicado pela sua área (A), em metros quadrados, temos portanto:

$Vt = Vu * A = R\$ 605,87 * 3.085,64 = R\$ 1.869.496,71$ (um milhão e oitocentos e sessenta e nove mil e quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos).

d) Valor de Edificações (Ve): Corresponde ao Custo Unitário Básico/Sinduscon SP (Cub) multiplicado pela sua área (A), em metros quadrados, temos portanto:

$Ve = Cub (GI) * A = R\$ 807,89 * 1.076,00 = R\$ 869.289,64$ (oitocentos e sessenta e nove mil e duzentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Considerando-se que a obra está inacabada, paralisada e consideravelmente danificada por ações de vandalismo e intempéries, utilizando da informação da Secretaria de Educação de Rio Claro, que para término de obra, estima-se um montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), cópia anexa, avalia-se a construção em:

$Ve = R\$ 369.289,64$ (trezentos e sessenta e nove mil e duzentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

e) Valor de Outras Benfeitorias (Vb): Sem benfeitorias.

2/8

30